



**Sindicato
Nacional
do Ensino
Superior**

VI Congresso do SNESup

8 de Junho de 2019, Faro

Texto-base sobre

Articulação entre o ensino superior e a investigação científica

A análise dos estatutos das Instituições de Ensino Superior Portuguesas permite constatar que universidades e os politécnicos têm por missão servir a sociedade a nível local, regional e global, contribuindo: i) com a produção e disseminação de conhecimento através da investigação científica e artística, a experimentação e o desenvolvimento tecnológico e humanístico; ii) com a formação de recursos humanos altamente qualificados para o exercício das mais diversas profissões/atividades. Neste quadro, a articulação das atividades de docência e de investigação é um desafio contínuo, em torno do qual as instituições deveriam alicerçar os seus planos estratégicos. Planos que deveriam fomentar a liberdade de pensamento e de investigação e garantir a autonomia pedagógica dos seus docentes e investigadores e de respeitar a pluralidade dos exercícios críticos subjacente aos seus estatutos.

No entanto, há mais de 25 anos que os sucessivos governos de Portugal promovem estratégias e programas de financiamento para a ciência, incluindo para a formação dos recursos humanos ao nível do Doutoramento, totalmente desarticulados das estratégias e dos planos de financiamento das Instituições de Ensino Superior.

Desta desarticulação resultaram inúmeros problemas que afetam os docentes e investigadores tal como o âmago das instituições, os quais serão objeto de reflexão no congresso, incluindo (mas não só): i) a proliferação de inúmeras unidades de I&D com o estatuto de organizações privadas sem fins lucrativos, umas criadas pelas próprias Instituições de Ensino Superior outras por pequenos grupos de docentes, que operam dentro, mas à margem da governação e escrutínio das instituições públicas; ii) que muitas Instituições de Ensino Superior alienassem o

essencial das suas atividades de investigação científica a estas organizações privadas sem fins lucrativos; iii) que a investigação promovida pelos docentes e investigadores esteja totalmente dependente do financiamento que estes consigam através de concursos competitivos; iv) que a maior parte dos investigadores tenha uma situação laboral precária (como bolsheiro ou com contratos a prazo) sem qualquer perspectiva de carreira; v) que docentes e investigadores, apesar de partilharem os mesmos espaços físicos, se olhem com desconfiança; vi) que os sucessivos governos tenham adiado sucessivamente a revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, tornando o investigador de carreira “*uma espécie em vias de extinção*”; vii) que muitas Instituições de Ensino Superior “usem” de um modo ilegítimo os investigadores precários para suportar parte da sua atividade docente, desvalorizando assim a atividade dos seus docentes.